



GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Fundação Saúde

CONTRATO n.º 347/2023
PROCESSO SEI-080007/003072/2022.
PREGÃO ELETRÔNICO n.º 25/2023.

**CONTRATO N.º 347/2023 DE CONTRATAÇÃO
DE SERVIÇO DE LOCAÇÃO DE
EQUIPAMENTOS QUE ENTRE SI CELEBRAM
A FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE
JANEIRO E A LABOR-MED APARELHAGEM
DE PRECISÃO LTDA.**

A **FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO**, fundação instituída pelo Poder Público do Estado do Rio de Janeiro e vinculada a Secretaria de Estado de Saúde, nos termos da Lei Complementar n.º 118/2007, da Lei n.º 5164/2007 e do Decreto 43.124/2011 e da Lei n.º 6.304/2012, inscrita no CNPJ sob o n.º 10.834.118/0001-79, sediada na Rua Barão de Itapagipe, 225 – Rio Comprido - CEP. 20261-005, Rio de Janeiro – RJ, doravante denominada **CONTRATANTE**, representada neste ato representada pelo Diretor Executivo **JOÃO RICARDO DA SILVA PILOTTO**, brasileiro, ID funcional n.º 5079143-5, portador da carteira de identidade n.º 52.34921-0, expedida pelo CRM/RJ, inscrito no CPF sob o n.º 556.886.837-91 e pela Diretora Administrativa Financeira, designada pela Portaria da Diretoria Executiva FS/DE n.º 1192/2022, de 27 de abril de 2022, **ALESSANDRA MONTEIRO PEREIRA**, brasileira, ID funcional n.º 4417781-0, portadora da carteira de identidade n.º 10.282.948-8, IFP/RJ, inscrita no CPF sob o n.º 071.223.807-77, e a empresa **LABOR-MED APARELHAGEM DE PRECISÃO LTDA**, situada na Rua Alameda São Boavetura, n.º 392, Fonseca, Niterói, CEP 24.120-196 – Rio de Janeiro/RJ e inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 32.150.633/0004-15, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por **EDILENE DE MELO NUNES GUIRAUDEL**, cédula de identidade n.º 11.782.034-0, DIC/RJ, e CPF 094.156.827-01 resolvem celebrar o presente **CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**, com fundamento no processo administrativo n.º **SEI-080007/003072/2022**, que se regerá pelas normas da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1.993 e alterações, pela Lei Estadual n.º 287, de 04 de dezembro de 1.979 e Decretos n.ºs 3.149, de 28 de abril de 1980, e 42.301, de 12 de fevereiro de 2010, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DO REGIME DE EXECUÇÃO

O presente CONTRATO tem por objeto contratação de serviços de locação de equipamentos para endoscopia - **aparelhos de videoendoscopia alta completos; aparelhos de videocolonoscopia completos; e aparelho de duodenoscopia completo** - todos do tipo adulto, com fornecimento dos insumos permanentes, visando atendimento nas seguintes unidades: Instituto Estadual de Hematologia Arthur de Siqueira Cavalcanti - **HEMORIO**, Centro de Diagnóstico por Imagem da Baixada Fluminense (**Rio Imagem II**) e Hospital Estadual Carlos Chagas - **HECC** e atender às demandas das Unidades por um período de 12 (doze) meses.





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Fundação Saúde

LOTE	CÓD SIGA	DESCRIÇÃO	UND	QUANT
2	0189.001.0014 143369	LOCACAO DE EQUIPAMENTO MEDICO HOSPITALAR, DESCRICAO: CONTRATACAO DE SERVICOS DE LOCACAO DE EQUIPAMENTOS PARA ENDOSCOPIA	SERVIÇO	01

PARÁGRAFO ÚNICO – O objeto será executado segundo o regime de execução de empreitada por preço global.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados da data de publicação do extrato no DOERJ.

PARÁGRAFO ÚNICO – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- realizar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas neste contrato;
- fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir, pertinentes à execução do presente contrato;
- exercer a fiscalização do contrato;
- receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.
- demais obrigações previstas no **Termo de Referência**, elencadas no **item XI** e nos **subitens**.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe;





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Fundação Saúde

- c) prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- d) iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- e) comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- f) responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;
- g) reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens ou prestações objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular ou do emprego ou fornecimento de materiais inadequados ou desconformes com as especificações;
- h) observado o disposto no artigo 68 da Lei nº 8.666/93, designar e manter preposto, no local do serviço, que deverá se reportar diretamente ao Fiscal do contrato, para acompanhar e se responsabilizar pela execução dos serviços, inclusive pela regularidade técnica e disciplinar da atuação da equipe técnica disponibilizada para os serviços;
- i) elaborar relatório mensal sobre a prestação dos serviços, dirigido ao fiscal do contrato, relatando todos os serviços realizados, eventuais problemas verificados e qualquer fato relevante sobre a execução do objeto contratual;
- j) manter em estoque um mínimo de materiais, peças e componentes de reposição regular e necessários à execução do objeto do contrato;
- k) manter, durante toda a duração deste contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, as condições de habilitação e qualificação exigidas para participação na licitação;
- l) cumprir todas as obrigações e encargos sociais trabalhistas e demonstrar o seu adimplemento, na forma da cláusula oitava (DA RESPONSABILIDADE);
- m) indenizar todo e qualquer dano e prejuízo pessoal ou material que possa advir, direta ou indiretamente, do exercício de suas atividades ou serem causados por seus prepostos à **CONTRATANTE**, aos usuários ou terceiros.
- n) observar o cumprimento do quantitativo de pessoas com deficiência, estipulado pelo art. 93, da Lei Federal nº 8.213/91;
- o) na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, a empresa com 100 (cem) ou mais empregados alocados a este contrato está obrigada a preencher de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) dos seus postos de trabalho com beneficiários reabilitados ou pessoas portadoras de deficiência, habilitadas, na seguinte proporção:

I - até 200 empregados.....	2%;
II - de 201 a 500.....	3%;
III - de 501 a 1.000.....	4%;
IV - de 1.001 em diante.	5%.





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Fundação Saúde

p) Manter programa de integridade nos termos da disciplina conferida pela Lei Estadual n.º 7.753/2017 e eventuais modificações e regulamentos subsequentes, consistindo tal programa no conjunto de mecanismos e procedimentos internos de integridade, auditoria e incentivo à denúncia de irregularidades e na aplicação efetiva de códigos de ética e de conduta, políticas e diretrizes com o objetivo de detectar e sanar desvios, fraudes, irregularidades e atos ilícitos praticados contra a Administração Pública. Caso a contratada ainda não tenha programa de integridade instituído, compromete-se a implantar no prazo de até 180 (cento e oitenta) dias corridos, a partir da data da celebração do presente contrato, na forma da Lei nº 7.753 de 17 de outubro de 2017.

q) demais obrigações previstas no Termo de Referência, elencadas no item X e nos subitens.

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de 2023, assim classificados:

Natureza das Despesas: 33903986

Fonte de Recurso: 1899223 – UG 294200

Programa de Trabalho: 10302046129120000

Nota de Empenho: 2023NE06363

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ **3.875.000,00** (três milhões oitocentos e setenta e cinco mil reais).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Fundação Saúde

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por comissão de fiscalização de contrato composta por 3 (três) membros do **CONTRATANTE**, especialmente designados pela Diretora Administrativa Financeira, conforme ato de nomeação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

- a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a entrega do serviço;
- b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 5 (cinco) dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotarà em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO – A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO SEXTO – Na forma da Lei Estadual nº 7.258, de 2016, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea o, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A **CONTRATADA** é responsável por danos causados ao **CONTRATANTE** ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Fundação Saúde

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A ausência da apresentação dos documentos mencionados no PARÁGRAFO SEGUNDO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUARTO – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO QUINTO - No caso do parágrafo quarto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ **3.875.000,00 (três milhões oitocentos e setenta e cinco mil reais)**, em 12 (doze) parcelas, no valor de R\$ 322.916,67 (trezentos e vinte e dois mil novecentos e dezesseis e sessenta e sete centavos), cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na conta corrente nº 365-4, agência 06746-6, de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pelo Estado.





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Fundação Saúde

PARÁGRAFO PRIMEIRO – No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Estado ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Estado, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação, na forma do art. 90, § 3º, da Lei nº 287/79.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento ao endereço da CONTRATANTE, sito à **Rua Barão de Itapagipe, 225, 5º andar, Rio Comprido, Cep: 20.261-005 – Rio de Janeiro/RJ, Brasil.**

PARÁGRAFO QUARTO – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUINTO – Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

PARÁGRAFO SEXTO – Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da CONTRATADA, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SÉTIMO – Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo IPCA (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO OITAVO - Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual pelo IPCA, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001.





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Fundação Saúde

PARÁGRAFO NONO - As partes convencionam que o prazo decadencial para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

PARÁGRAFO DÉCIMO - O contratado deverá emitir a Nota Fiscal Eletrônica – NF-e, consoante o Protocolo ICMS nº 42/2009, com a redação conferida pelo Protocolo ICMS nº 85/2010, e caso seu estabelecimento esteja localizado no Estado do Rio de Janeiro, deverá observar a forma prescrita nas alíneas *a, b, c, d e e*, do §1º, do art. 2º, da Resolução SEFAZ nº 971/2016.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - Na forma da Lei Estatual nº 7.258, de 2016, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea *p*, da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A **CONTRATADA** deverá apresentar à **CONTRATANTE**, no prazo máximo de 10 (dez) dias, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 5 % (cinco por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à **CONTRATANTE** decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela **CONTRATADA**.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, para que seja mantido o percentual de 05% (cinco por cento) do valor do Contrato.





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Fundação Saúde

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O levantamento da garantia contratual por parte da contratada, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei nº 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação em Diário Oficial.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à CONTRATADA e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da CONTRATADA multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E DEMAIS PENALIDADES

O contratado que deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, ensejar o retardamento da execução de seu objeto, não mantiver a proposta, falhar ou fraudar na





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Fundação Saúde

execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal, ficará, sem prejuízo das demais cominações legais, sujeito as seguintes sanções:

- a) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, com a consequente suspensão de seu registro no Cadastro de Fornecedores, pelo prazo de até 5 (cinco) anos;
- b) multas previstas em edital e no contrato.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - As condutas do contratado, verificadas pela Administração Pública contratante, para fins de aplicação das sanções mencionadas *no caput* são assim consideradas:

I – retardar a execução do objeto, qualquer ação ou omissão do licitante que prejudique o bom andamento da licitação, inclusive deixar de entregar a amostra no prazo assinalado no edital, que evidencie tentativa de indução a erro no julgamento, ou que atrase a assinatura do contrato ou da ata de registro de preços;

II – não manter a proposta, a ausência de seu envio, bem como a recusa do envio de seu detalhamento, quando exigível, ou ainda o pedido, pelo licitante, da desclassificação de sua proposta, quando encerrada a etapa competitiva, desde que não esteja fundamentada na demonstração de vício ou falha na sua elaboração, que evidencie a impossibilidade de seu cumprimento;

III – falhar na execução contratual, o inadimplemento grave ou inescusável de obrigação assumida pelo contratado;

IV – fraudar na execução contratual, a prática de qualquer ato destinado à obtenção de vantagem ilícita, induzindo ou mantendo em erro a Administração Pública; e

V – comportar-se de modo inidôneo, a prática de atos direcionados a prejudicar o bom andamento do certame ou do contrato, tais como fraude ou frustração do caráter competitivo do procedimento licitatório, ação em conluio ou em desconformidade com a lei, indução deliberada a erro no julgamento, prestação falsa de informações, apresentação de documentação com informações inverídicas, ou que contenha emenda ou rasura, destinados a prejudicar a veracidade de seu teor original.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Ocorrendo qualquer outra infração legal ou contratual, o contratado estará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Fundação Saúde

PARÁGRAFO TERCEIRO - A sanção administrativa deve ser determinada de acordo com a natureza, a gravidade da falta cometida, os danos causados à Administração Pública e as circunstâncias agravantes e atenuantes.

PARÁGRAFO QUARTO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, os critérios estabelecidos no PARÁGRAFO TERCEIRO também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO QUINTO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do contratante, devendo ser aplicada pela Autoridade Competente, na forma abaixo transcrita:

- a) As sanções previstas na alínea b do caput e nas alíneas a e b, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80.
- b) As sanções previstas na alínea a do caput e na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO serão impostas pelo Ordenador de Despesa, na forma do art. 35, do Decreto Estadual nº 3.149/80, devendo ser submetidas à apreciação do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.
- c) A aplicação da sanção prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, é de competência exclusiva do Secretário de Estado da Pasta a que a Entidade se encontra vinculada.

PARÁGRAFO SEXTO - Dentre outras hipóteses, a advertência poderá ser aplicada quando o CONTRATADO não apresentar a documentação exigida nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO da CLÁUSULA OITAVA, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SÉTIMO - As multas administrativas, previstas na alínea b do caput e na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) corresponderão ao valor de até 20% (vinte por cento) sobre o valor do Contrato, aplicadas de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderão ser aplicadas cumulativamente a qualquer outra;
- c) não têm caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverão ser graduadas conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverão corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta;
- f) deverão observar sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho, conforme preceitua o art. 87 do Decreto Estadual nº 3.149/80.





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Fundação Saúde

PARÁGRAFO OITAVO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, prevista na alínea c, do PARÁGRAFO SEGUNDO:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial das obrigações trabalhistas e/ou previdenciárias, configurando inadimplemento, na forma dos PARÁGRAFOS QUINTO e SEXTO da CLÁUSULA OITAVA.

PARÁGRAFO NONO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO DÉCIMO - A reabilitação poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará o CONTRATADO à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - Se o valor das multas previstas na alínea b do *caput*, na alínea b, do PARÁGRAFO SEGUNDO e no PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos, os dispositivos do edital e/ou do contrato infringidos e os fundamentos legais pertinentes, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Fundação Saúde

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a e b do *caput* e nas alíneas a, b e c, do PARÁGRAFO SEGUNDO, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d, do PARÁGRAFO SEGUNDO.

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Estado do Rio de Janeiro, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - As penalidades impostas aos licitantes serão registradas pelo contratante no Cadastro de Fornecedores do Estado, por meio do SIGA.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - Após o registro mencionado no item acima, deverá ser remetido para o Órgão Central de Logística (SUBLOG/SECCG), o extrato de publicação no Diário Oficial do Estado do ato de aplicação das penalidades citadas na alínea a do *caput* e nas alíneas c e d do PARÁGRAFO SEGUNDO, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Estado do Rio de Janeiro.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO SEGUNDO - A aplicação das sanções mencionadas no PARÁGRAFO VIGÉSIMO deverá ser comunicada à Controladoria Geral do Estado, que informará, para fins de publicidade, ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas – CEIS.





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Fundação Saúde

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à CONTRATADA, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a CONTRATADA tenha em face da CONTRATANTE, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o CONTRATANTE tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a CONTRATADA ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da CONTRATADA, a impossibilidade, perante o CONTRATANTE, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela CONTRATADA, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A CONTRATADA se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, correndo os encargos por conta do CONTRATANTE, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade do Rio de Janeiro, comarca da Capital, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.






GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Fundação Saúde

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em **2 (duas) vias** de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Rio de Janeiro, em 20 de Dezembro de 2023.



FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
JOÃO RICARDO DA SILVA PILOTTO
Diretor Executivo



FUNDAÇÃO SAÚDE DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ALESSANDRA MONTEIRO PEREIRA
Diretora Administrativa Financeira

EDILENE DE MELO NUNES Assinado de forma digital por EDILENE DE
GUIRAUDEL:09415682701 MELO NUNES GUIRAUDEL:09415682701
Dados: 2023.08.09 09:42:34 -03'00'

LABOR-MED APARELHAGEM DE PRECISÃO LTDA
EDILENE DE MELO NUNES GUIRAUDEL
Representante Legal



Documento assinado digitalmente
ARY TORRES DA SILVA JUNIOR
Data: 09/08/2023 10:05:21-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

TESTEMUNHA

NOME:
CPF:



TESTEMUNHA

NOME: **MARCIA SILVA FERREIRA**
CPF: **002.486.927-98**





GOVERNO DO ESTADO
RIO DE JANEIRO
Fundação Saúde

ANEXO PROPOSTA (52306229)

Lote	DESCRIÇÃO	QUANT	CUSTO MENSAL	12 meses
II	Locação de equipamento médico hospitalar. Contratação de serviços de locação de equipamento para endoscopia.	1	R\$ 322.916,67	R\$ 3.875.000,00
SERVIÇO DE LOCAÇÃO: 04 aparelhos de videoendoscopia alta completos, 04 aparelhos de videocolonosopia completos e 02 aparelhos de duodenoscopia completos.				
VALOR GLOBAL:				R\$ 3.875.000,00



Ao
 Governo do Estado do Rio de Janeiro
 Secretaria de Estado de Saúde
 Fundação Saúde

Referente: Contrato 347/2023 – Serviços de Locação de equipamentos de endoscopia.

PLANILHA DE DISTRIBUIÇÃO DE EQUIPAMENTOS POR UNIDADE/HOSPITAL.

HOSPITAL ESTADUAL CARLOS CHAGAS				
ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL MENSAL R\$	VALOR TOTAL 12 MESES R\$
VIDEO PROCESSADORA – FUJIFILM	02	6.000,00 (seis mil reais)	12.000,00 (doze mil reais)	144.000,00 Cento e quarenta e quatro mil reais
FONTE DE LUZ – FUJIFILM	02	4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)	8.600,00 (oito mil e seiscentos reais)	103.200,00 Cento e três mil e duzentos reais
MONITOR – LG	02	2.700,00 (dois mil e setecentos reais)	5.400,00 (Cinco mil e quatrocentos reais)	64.800,00 (sessenta e quatro mil e oitocentos reais)
ARMÁRIO – CARDINAL	02	920,16 (novecentos e vinte reais e dezesseis centavos)	1.840,32 (um mil, oitocentos e quarenta reais e trinta e dois centavos)	22.083,84 (vinte e dois mil, oitenta e três reais e oitenta e quatro centavos)
ESTABILIZADOR – EVS	02	1.009,00 (um mil e nove reais)	2.018,00 (dois mil e dezoito reais)	24.216,00 Vinte e quatro mil, duzentos e dezesseis reais
VIDEOGASTROSCOPIO – FUJIFILM	02	22.700,00 (vinte e dois mil e setecentos reais)	45.400,00 (quarenta e cinco mil e quatrocentos reais)	544.800,00 (quinhentos e quarenta e quatro mil e oitocentos reais)
VIDEOCOLONOSCOPIO – FUJIFILM	02	23.900,00 (vinte e três mil e novecentos reais)	47.800,00 (quarenta e sete mil e oitocentos reais)	573.600,00 (quinhentos e setenta e três mil e seiscentos reais)
VIDEODUODENOSCOPIO – FUJIFILM	01	32.800,00 (trinta e dois mil e oitocentos reais)	32.800,00 (trinta e dois mil e oitocentos reais)	393.600,00 (trezentos e noventa e três mil e seiscentos reais)

Nossos produtos tem a qualidade garantida

FUJIFILM
Value from Innovation

Vedkang
INNOVATION FOR HEALTH

mindray

Matriz Santa Catarina

📍 Rua Izabel Ramos Fabeni, 104. São João Itajaí - SC - 88304-050
 📞 (47) 3046-5800
 📄 CNPJ: 32150633/0001-72
 📄 IE: 261601709

Filial Rio de Janeiro

📍 Alameda São Boaventura, 392. Fonseca Niterói - RJ - 24120-196
 📞 (21) 3797-4900
 📄 CNPJ: 32150633/0004-15
 📄 IE: 92044106

Filial São Paulo

📍 Av. Ermano Marchetti, 1435 - Galpão 01 Água Branca - São Paulo / SP - 05038-001
 📞 (11) 5531-9000
 📄 CNPJ: 32150633/0006-87
 📄 IE: 141547910112

INSUMOS PERMANENTES	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL MENSAL R\$	VALOR TOTAL 12 MESES R\$
PINÇA TIPO DENTE DE RATO	04	700,00 (setecentos reais)	2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)	33.600,00 Trinta e três mil e seiscentos reais
PINÇA TIPO BASKET	04	700,00 (setecentos reais)	2.800,00 (dois mil e oitocentos reais)	33.600,00 Trinta e três mil e seiscentos reais
⇒ VALOR TOTAL MENSAL PARA O HECC: R\$ 161.458,32 (cento e sessenta e um mil, quatrocentos e cinquenta e oito reais e trinta e dois centavos)				
⇒ VALOR TOTAL ANUAL PARA O HECC: R\$ 1.937.499,84 (um milhão, novecentos e trinta e sete mil, quatrocentos e noventa e nove reais e oitenta e quatro centavos)				

RIO IMAGEM - BAIXADA				
ESPECIFICAÇÃO	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL MENSAL R\$	VALOR TOTAL 12 MESES R\$
VIDEO PROCESSADORA – FUJIFILM	01	6.000,00 (seis mil reais)	6.000,00 (seis mil reais)	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
FONTE DE LUZ – FUJIFILM	01	4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)	4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)	51.600,00 (cinquenta e um mil e seiscentos reais)
MONITOR – LG	01	2.700,00 (dois mil e setecentos reais)	2.700,00 (dois mil e setecentos reais)	32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)
ARMÁRIO – CARDINAL	01	920,16 (novecentos e vinte reais e dezesseis centavos)	920,16 (novecentos e vinte reais e dezesseis centavos)	11.041,92 (onze mil, quarenta e um reais e noventa e dois centavos)
ESTABILIZADOR – EVS	01	1.009,00 (um mil e nove reais)	1.009,00 (um mil e nove reais)	12.108,00 Doze mil cento e oito reais
VIDEOGASTROSCOPIO – FUJIFILM	01	22.700,00 (vinte e dois mil e setecentos reais)	22.700,00 (vinte e dois mil e setecentos reais)	272.400,00 (duzentos e setenta e dois mil e quatrocentos reais)
VIDEOCOLONOSCOPIO – FUJIFILM	01	23.900,00 (vinte e três mil e novecentos reais)	23.900,00 (vinte e três mil e novecentos reais)	286.800,00

Nossos produtos
tem a qualidade
garantida

FUJIFILM
Value from Innovation

Vedkang
INNOVATION FOR HEALTH

mindray

Matriz Santa Catarina

📍 Rua Izabel Ramos Fabeni, 104. São João Itajaí - SC - 88304-050
☎ (47) 3046-5800
📄 CNPJ: 32150633/0001-72
📄 IE: 261601709

Filial Rio de Janeiro

📍 Alameda São Boaventura, 392. Fonseca Niterói - RJ - 24120-196
☎ (21) 3797-4900
📄 CNPJ: 32150633/0004-15
📄 IE: 92044106

Filial São Paulo

📍 Av. Ermano Marchetti, 1435 - Galpão 01 Água Branca - São Paulo / SP - 05038-001
☎ (11) 5531-9000
📄 CNPJ: 32150633/0006-87
📄 IE: 141547910112

				(duzentos e oitenta e seis mil e oitocentos reais)
VIDEODUODENOSCOPIO – FUJIFILM	01	32.800,00 (trinta e dois mil e oitocentos reais)	32.800,00 (trinta e dois mil e oitocentos reais)	393.600,00 (trezentos e noventa e três mil e seiscentos reais)
INSUMOS PERMANENTES	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL MENSAL R\$	VALOR TOTAL 12 MESES R\$
PINÇA TIPO DENTE DE RATO	02	700,00 (setecentos reais)	1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)	16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais)
PINÇA TIPO BASKET	02	700,00 (setecentos reais)	1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)	16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais)
⇒ VALOR TOTAL MENSAL PARA O RIO IMAGEM BAIXADA: R\$ 97.129,16 (noventa e sete mil, cento e vinte e nove reais e dezesseis centavos)				
⇒ VALOR TOTAL ANUAL PARA O RIO IMAGEM BAIXADA: R\$ 1.165.549,92 (um milhão, cento e sessenta e cinco mil, quinhentos e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos)				

HEMORIO				
ESPECIFICAÇÃO	QTD / HEMORIO	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL MENSAL R\$	VALOR TOTAL 12 MESES R\$
VIDEO PROCESSADORA – FUJIFILM	01	6.000,00 (seis mil reais)	6.000,00 (seis mil reais)	72.000,00 (setenta e dois mil reais)
FONTE DE LUZ – FUJIFILM	01	4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)	4.300,00 (quatro mil e trezentos reais)	51.600,00 (cinquenta e um mil e seiscentos reais)
MONITOR – LG	01	2.700,00 (dois mil e setecentos reais)	2.700,00 (dois mil e setecentos reais)	32.400,00 (trinta e dois mil e quatrocentos reais)
ARMÁRIO – CARDINAL	01	920,16 (novecentos e vinte reais e dezesseis centavos)	920,16 (novecentos e vinte reais e dezesseis centavos)	11.041,92 (onze mil, quarenta e um reais e noventa e dois centavos)
ESTABILIZADOR – EVS	01	1.009,00 (um mil e nove reais)	1.009,00 (um mil e nove reais)	12.108,00 Doze mil cento e oito reais

Nossos produtos tem a qualidade garantida

FUJIFILM
Value from Innovation

Vedkang
INNOVATION FOR HEALTH

mindray

Matriz Santa Catarina

📍 Rua Izabel Ramos Fabeni, 104, São João Itajaí - SC - 88304-050
 📞 (47) 3046-5800
 📄 CNPJ: 32150633/0001-72
 📄 IE: 261601709

Filial Rio de Janeiro

📍 Alameda São Boaventura, 392, Fonseca Niterói - RJ - 24120-196
 📞 (21) 3797-4900
 📄 CNPJ: 32150633/0004-15
 📄 IE: 92044106


Filial São Paulo

📍 Av. Ernani Marchetti, 1435 - Galpão 01 Água Branca - São Paulo / SP - 05038-001
 📞 (11) 5531-9000
 📄 CNPJ: 32150633/0006-87
 📄 IE: 141547910112

VIDEOGASTROSCOPIO – FUJIFILM	01	22.700,00 (vinte e dois mil e setecentos reais)	22.700,00 (vinte e dois mil e setecentos reais)	272.400,00 (duzentos e setenta e dois mil e quatrocentos reais)
VIDEOCOLONOSCOPIO – FUJIFILM	01	23.900,00 (vinte e três mil e novecentos reais)	23.900,00 (vinte e três mil e novecentos reais)	286.800,00 (duzentos e oitenta e seis mil e oitocentos reais)
INSUMOS PERMANENTES	QTD	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL MENSAL R\$	VALOR TOTAL 12 MESES R\$
PINÇA TIPO DENTE DE RATO	02	700,00 (setecentos reais)	1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)	16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais)
PINÇA TIPO BASKET	02	700,00 (setecentos reais)	1.400,00 (um mil e quatrocentos reais)	16.800,00 (dezesesseis mil e oitocentos reais)
⇒ VALOR TOTAL MENSAL PARA O HEMORIO: R\$ 64.329,16 (sessenta e quatro mil, trezentos e vinte e nove reais e dezesseis centavos) ⇒ VALOR TOTAL ANUAL PARA O HEMORIO: R\$ 771.949,92 (setecentos e setenta e um mil, novecentos e quarenta e nove reais e noventa e dois centavos)				

- ⇒ VALOR GLOBAL MENSAL: R\$ 322.916,64 (trezentos e vinte e dois mil, novecentos e dezesseis reais e sessenta e quatro centavos)
 ⇒ VALOR GLOBAL ANUAL: R\$ 3.874.999,68 (três milhões, oitocentos e setenta e quatro mil, novecentos e noventa e nove reais e sessenta e oito centavos)

Niterói, 20 de dezembro de 2023.

Documento assinado digitalmente
 EDILENE DE MELO NUNES GUIRAUDELI
 Data: 20/12/2023 13:10:58 -0300
 Verifique em <https://validar.itfi.gov.br>

Labor-Med Aparelhagem de Precisão Ltda
 Edilene de Melo Nunes Guiraudeli
 Gerente de Licitação
 CPF: 094.156.827-01
 RG: 11.782.034-0 DIC/RJ





Nossos produtos
 tem a qualidade
 garantida

FUJIFILM
 Value from Innovation





Vedkang
 INNOVATION FOR HEALTH

mindray





Matriz Santa Catarina

 Rua Izabel Ramos Fabeni, 104. São João Itajaí - SC - 88304-050
 (47) 3046-5800
 CNPJ: 32150633/0001-72
 IE: 261601709

Filial Rio de Janeiro

 Alameda São Boaventura, 392. Fonseca Niterói - RJ - 24120-196
 (21) 3797-4900
 CNPJ: 32150633/0004-15
 IE: 92044106

Filial São Paulo

 Av. Ernani Marchetti, 1435 - Galpão 01 Água Branca - São Paulo / SP - 05038-001
 (11) 5531-9000
 CNPJ: 32150633/0006-87
 IE: 141547910112